ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA CENTRAL DE NEGOCIAÇÃO - 2021

Data	01/07/2021	Horário	10:30h
Reunião realizada na SEPOG			
Participantes	Bancada de Governo	Marcelo Jorge Borges Pinheiro (SEPOG); Flávia Roberta Bruno Teixeira (SEFIN); Fernando Antônio Costa de Oliveira (PGM); Maria Christina Machado Publio (CGM) Ésio Feitosa Lima (COEARP)	
	Bancada de Servidores	Antônia Nascelia (SINDIFORT); Ana Lúcia de Miranda (SINDIFORT); Jamal Forte Carvalho (SINDIGUARDAS); Mário César Chaves Nunes (SINDIFAM); Marta Brandão da Silva (SINDSAÚDE); Ana Cristina Fonseca Guilherme (SINDIUTE).	

PAUTA DA REUNIÃO

1- Portaria de instituição da nova Mesa Central de Negociação;
2- Promoção por Capacitação da GMF;
3- Alteração do percentual da margem dos consignados;
4- Palavra Facultada

ATA DA REUNIÃO

- O Secretário Marcelo Pinheiro deu as boas vindas, apresentando a todos a nova composição da Mesa Central de Negociação para o mandato 2021-2025. Informou que foi enviado à Câmara Municipal projeto de lei alterando dispositivos da Lei do SINEP, no que tange à composição da Bancada de Governo, incluindo membro designado a critério do Chefe do Poder Executivo, trazendo maior flexibilidade à discussão das pautas. Enfatizou que a pauta a ser discutida foi resultado dos encaminhamentos feitos pelo governo a partir das reivindicações apresentadas pelas entidades representativas dos servidores.
- Com relação ao aumento do limite da margem dos empréstimos consignados para 35%, autorizado pela Lei nº 11.129, de 21 de junho de 2021 (DOM de 22/06/2021), lembrou que, ao contrário da Lei Federal nº 14131/2021, o aumento concedido pelo Município terá validade de até 1 ano, a partir da publicação da Lei. Acrescentou, ainda, que o sistema dos consignados já está parametrizado para aplicação imediata. Comunicou a realização de Curso de Educação Financeira, com carga horária de 20 horas, a ser realizado pela Escola de Governo Municipal, a partir de agosto, com o intuito de capacitar os servidores municipais com noções básicas de educação

financeira.

- A bancada de Servidores solicitou a inclusão na pauta do tema “Reposição da Inflação”, oficializada através de Ofício datado de 30/05/2021. O Secretário da SEPOG não se opôs ao pedido, mas enfatizou que qualquer reajuste salarial está suspenso pelo art. 8º, inciso I da Lei Federal nº 173/2020. A prioridade são os investimentos no combate à pandemia. O Procurador Geral acrescentou, ainda, que o Tribunal de Justiça do Ceará julgou como improcedente o reajuste concedido por alguns municípios cearenses em descumprimento a Lei nº 173/2020.
- A representante do SINDIUTE solicitou que as próximas pautas fossem sugeridas pelos membros da Bancada de Servidores e não apenas pela Bancada de Governo.
- O representante do SINDIFAM reforçou a necessidade de instalação de “Comissão Temática”, tendo por objetivo o estudo das reposições da inflação no período 2008 a 2020, que permita a construção de uma política de reposição das perdas inflacionárias, através de um cronograma de implantação e desembolso durante o mandato do atual Prefeito.
- Com relação à votação do Projeto de Lei tratando sobre os critérios de desempate a serem aplicados na concessão de promoção por capacitação aos servidores da Guarda Municipal de Fortaleza, enviado à Câmara de Vereadores dia 15/06, em virtude do período de recesso do legislativo, terá seu prosseguimento em agosto. O representante do SINDIGUARDAS relatou que as emendas apresentadas ao PL não foram acatadas pelo relator Vereador Gardel Rolim e alguns vereadores da Comissão de Constituição e Justiça solicitaram “vistas”. As emendas apresentadas tratam, ainda, da criação de cargos de subinspetor e inspetor, a serem providos apenas pelos servidores aprovados no curso de formação. O Procurador Geral ressaltou que o PL enviado foi fruto da negociação da gestão com os representantes da categoria. A criação de vagas deverá ser tratada posteriormente. Inclusive a Lei Federal nº 173/2020 proibiu a criação de cargos até 31 de dezembro de 2021.
- As representantes do SINDIFORT reforçaram a necessidade de se reeditar as matrizes salariais dos PCCS, visto que muitos servidores chegaram ao último nível da tabela e ainda dispõem de tempo para progredir na carreira. Também foi sugerida a criação de abono salarial ou outro benefício como forma de reparar a ausência de reajuste salarial em 2021. Foi reivindicada a concessão da insalubridade no grau máximo (40%) para os profissionais da saúde que atuam na linha de frente no combate à covid.
- A representante do SINDISAÚDE ressaltou, ainda, o número de profissionais da saúde afetados pela pandemia, sendo imprescindível que a atual gestão institua algum incentivo financeiro para esses profissionais.

- Os membros da Bancada dos Servidores solicitaram que fosse discutida na próxima reunião da Mesa Central a reposição da inflação. Também foi reivindicado o reajuste no valor do auxílio alimentação e do auxílio de dedicação integral – ADI (específico para o magistério).

ENCAMINHAMENTOS

1- Ficou acordado a realização de reunião técnica com os assessores/técnicos das entidades representativas dos servidores para apresentação dos dados financeiros referentes ao primeiro semestre de 2021, pela Secretaria das Finanças – SEFIN;
2- Foi pré-definida a Pauta da próxima reunião da Mesa Central de Negociação, abrangendo os seguintes temas: a) Reposição Salarial; b) Reajuste do auxílio alimentação e ADI; c) Discussão sobre a criação de abono salarial ou outro benefício em substituição ao reajuste.